

22. A pseudociência e o neo-obscurantismo contemporâneo

Artigo de Amilcar Baiardi, professor da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Maria Thereza Macedo Pedroso, pesquisadora da Embrapa Hortaliças

Em 22 de abril passado ocorreu em vários países a Marcha pela Ciência, manifestação em defesa da ciência que, estaria planetariamente sendo alvo de ameaças tais como: Baixa percepção social e política da importância da ciência; Cortes orçamentários à programas e projetos de pesquisa; Negligência governamentais em relação ao aquecimento global e o avanço do discurso anticientífico. Este último, com natureza obscurantista, estaria se materializando de várias maneiras, indo desde a promoção e difusão de conhecimentos pseudocientíficos, até, no caso do Brasil, ações “neo luddistas” de destruição de infraestrutura de pesquisa, passando pela crítica irracional às pesquisas em OGMs e células tronco.

Algumas dessas ameaças decorrem da falta de eficácia da comunidade científica em se comunicar com a população, informando que a ciência não resolve todos os problemas, não traz felicidade, tem sido deslealmente associada a riscos ambientais e armas de destruição em massa e que o conhecimento gerado passa por um filtro antes da aplicação, por meio de controle social. Esse mal-estar em relação à ciência já se fez presente após a Segunda Guerra Mundial e reaparece na entrada do século XXI. É necessário que os pesquisadores se despojem de uma presunção iluminista na esfera do saber e tenham um discurso de reafirmação de que existem limites para a ciência e que dela não se deve esperar soluções imediatas para determinados problemas, bem como não se deve cultivar expectativas pragmáticas em relação aos seus resultados. O reconhecimento das limitações da ciência deve fazer parte do discurso de pesquisadores, concomitantemente ao enaltecimento do seu papel para o avanço civilizatório da espécie humana.

As intolerâncias política e religiosa persistem na contemporaneidade, não tanto pelo ressurgimento das “ciências” adjetivadas como “ariana”, por Stark e Lenard na Alemanha nazista, e como “socialista”, por Lysenko na antiga URSS, mas sim pelos fundamentalismos “verde” e religioso, que influenciam políticas de educação e C&T em Estados laicos e não laicos, constituindo poderosos lobbies conservadores, até mesmo onde a ciência mais avança, nos Estados Unidos.

26/05/2017, a Folha de São Paulo publicou uma notícia informado recente debate que opôs pesquisadores da USP, provocado pela publicação de artigo de autoria da veterinária Clarice Vaz no jornal da Universidade (ver: Debate sobre homeopatia opõe pesquisadores da USP) reivindicando

reconhecimento acadêmico e maior financiamento para pesquisas em homeopatia. A reportagem provocou reações e a mais contundente veio do pesquisador em genética e biologia molecular Beny Spira, que definiu a homeopatia como das mais “manjadas pseudociências”. No âmbito da USP não vem d’agora as críticas à homeopatia, acusada de não ter estatuto científico (modo de conhecer fático, especializado, claro e preciso, verificável, metódico, sistemático, geral, explicativo, preditivo e aberto). No ano de 1989, em livro baseado em sua tese de doutorado, “O Tempo e a Ordem: sobre a Homeopatia” Ricardo Lafetá Novaes defendia que a homeopatia não é científica, não tem consistência teórica e é doutrinária. Em avaliação mais condescendente, Antônio Carlos Lopes, professor de clínica médica da Unifesp, admite que a homeopatia teria alguma ação em rinite, prisão de ventre, alergia e dores não intensas, a exemplos dos placebos. O debate deu a justa medida da importância da homeopatia, qual seja, ter alguma utilidade na cura, mas não ser, a rigor, uma ciência.

Exatamente é este o status da agroecologia, autodefinida como “ciência, movimento político e prática social”. Ninguém de bom senso discordaria que o paradigma da agricultura convencional, ou moderna, ao qual se opõem as ONGs ativistas da agroecologia, necessita evoluir para um nível de maior sustentabilidade (com especial foco na conservação do solo e na redução do consumo de água e de energia). Há muito que seus métodos vêm tentando superar o reducionismo químico. Seus pesquisadores buscam incessantemente sistemas produtivos menos desorganizadores da natureza, mediante uma visão multidisciplinar, amparada em conhecimentos científicos atuais, entre eles a modificação genética, que propicia cultivares menos dependentes de insumos químicos e o desenvolvimento técnicas de manejos de pragas, solo e água sustentáveis.

A verdadeira ciência agrária persegue novos caminhos produtivos que possam alcançar “mais com menos”, mais produção de alimentos e matérias-primas de origem agropecuária, com qualidade, com menos utilização de terra água, nutrientes, energia, trabalho e capital. Seus protocolos colocam o Brasil como maior exportador de alimentos do mundo e garantem saldo de balança comercial e de transações em conta corrente. Que excedentes agrícolas seriam obtidos com os protocolos da agroecologia? Aliás, quais são esses protocolos, se a agroecologia implica “em mudanças nas atitudes, valores e formas de organização dos atores sociais na perspectiva de um bem viver, fomentando relações virtuosas entre a produção e o consumo e a conservação e manejo dos ecossistemas naturais a eles associados”? Infelizmente o pensamento agrônomo vem sendo invadido pelo conhecimento não científico ou “fabulatório” e no caso brasileiro em aliança com doutrinação, magia e visões neo-luddistas, como da “Via Campesina,” que defende a destruição de laboratórios e campos e de experimentação. Tudo isso com apoio do Estado Brasileiro! O exemplo mais recente é o suporte dado ao X Congresso Brasileiro de Agroecologia (<http://agroecologia2017.com/programacao>).

Amilcar Baiardi, DSc, professor titular aposentado da UFBA/UFRB e professor da UCSAL, é autor de “Sociedade e Estado no apoio à Ciência e à Tecnologia”, prêmio Jaboti de 1997, “Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia” e vários outros livros. Foi professor visitante na Aarhus Universitat, Dinamarca, e na Università degli Studi di Bologna, Itália.

Maria Thereza Macedo Pedroso, agrônoma, com mestrado em desenvolvimento sustentável e doutorado em Ciências Sociais-Estudos Comparados sobre as Américas. O tema de tese é “Instituições e Inovação Tecnológica Agropecuária, o Caso de Produtos Biotecnológicos no Brasil e nos Estados Unidos”. Publica regularmente sobre agricultura/desenvolvimento sustentável e é pesquisadora da Embrapa Hortaliças.

***O artigo reflete exclusivamente a opinião dos autores.